

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**ABUNDÂNCIA DE DIVISAS NO
SUBDESENVOLVIMENTO**

CLARA SANCHEZ RODRIGUES
matrícula nº:107326741

ORIENTADOR: Prof. Carlos Frederico Leão Rocha

OUTUBRO 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**ABUNDÂNCIA DE DIVISAS NO
SUBDESENVOLVIMENTO**

CLARA SANCHEZ RODRIGUES
matrícula n°: 107326741

ORIENTADOR: Prof. Carlos Frederico Leão Rocha

OUTUBRO 2013

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que sempre apoiaram minhas decisões, me deram suporte e incentivo sempre que precisei. Sem vocês nada disso seria possível, muito obrigada.

Ao Fred por ter me dado à oportunidade de participar da iniciação científica, orientada por ele, fato que foi determinante para minha continuidade no curso de ciências econômicas. Não posso deixar de agradecer também pela paciência e compreensão durante esses últimos anos de curso.

RESUMO

O trabalho apresenta a discussão teórica sobre o subdesenvolvimento em países que possuem abundância em divisas. O tema foi estudado por Celso Furtado que analisou a economia venezuelana no período de 1957 a 1974. Anos mais tarde, Corden e Neary desenvolveram o modelo clássico para analisar os efeitos do boom do setor exportador na economia, teoria que ficou conhecida na literatura como doença holandesa. A teoria defendida pela CEPAL, escola de Celso Furtado, não atende as peculiaridades da Venezuela, sendo assim, o autor inova ao apresentar suas análises sobre o comportamento da economia venezuelana. Entretanto, somente em 1982, o tema ganha destaque na literatura através da abordagem do *mainstream*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CONCEPÇÃO DO PENSAMENTO DA CEPAL.....	9
Uma nova interpretação do subdesenvolvimento	9
Deterioração dos termos de troca.....	12
Estrutura produtiva e emprego.....	15
FURTADO E SUAS CONTRIBUIÇÕES	17
América Latina e particularidade da Venezuela	17
Economia Venezuelana.....	19
Pioneirismo de Furtado	21
DOENÇA HOLANDESA	26
O modelo e suas premissas	26
Desindustrialização direta e indireta.....	28
Contribuições para a literatura	31
CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

INTRODUÇÃO

A abordagem utilizada pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) analisou os países latino-americanos e desenvolveu teorias que explicavam o subdesenvolvimento desses países. Essas teorias tinham como foco central as reduzidas perspectivas de desenvolvimento dos países latino-americanos, em razão das desigualdades na relação comercial, que levavam esses países a recorrentes crises do balanço de pagamentos. Em, 1957, Celso Furtado foi convidado pelo governo venezuelano para identificar os gargalos do país e propor estratégias que trouxessem seu desenvolvimento. A Venezuela tinha a peculiaridade de não sofrer das mesmas restrições de balanço de pagamentos dos demais países do continente, sendo um caso de abundância de divisas. Furtado analisa as dificuldades enfrentadas pela Venezuela e os limites de expansão de países que possuem um boom no setor exportador. Sua ênfase nas questões referentes à heterogeneidade produtiva e às dificuldades de instalação de processos que encadeassem os demais setores da economia venezuelana pode ser considerada pioneira. Entre os elementos levantados por Furtado estava o problema da valorização cambial. Anos mais tarde, uma corrente de literatura de teor neoclássico retoma esse problema sob a denominação de doença holandesa. O objetivo deste trabalho é reunir essas percepções e contribuir para o entendimento das economias subdesenvolvidas que são abundantes em divisas.

No primeiro capítulo, foi realizada revisão bibliográfica dos textos de referência da CEPAL, apresentando as principais contribuições teóricas da comissão. A CEPAL estabelece um enfoque nas relações de troca entre os países. Para isso a estrutura produtiva é dividida em centros e periferias, de acordo com a estrutura econômica e especialização dos países que juntos formam um único sistema dinâmico. A estrutura da periferia é atrasada em relação ao centro, e a persistência desse atraso faz com que o progresso técnico não seja incorporado à produção com a mesma rapidez que ocorre no centro. A dinâmica entre centros e periferias explica porque as condições de atraso das periferias não são superadas e, mais do que isso, porque existe a tendência de perpetuação desse desenvolvimento desigual. De acordo com os cepalinos, o saldo de pagamentos é sempre desfavorável para os países subdesenvolvidos, a abundância de divisas não garantia que os frutos do progresso tecnológico fossem repassados para o restante da economia.

No segundo capítulo são apresentadas as contribuições teóricas de Celso Furtado, no que concerne ao estudo do subdesenvolvimento em um país com abundância em divisas. O estudo, “*El desarrollo reciente de la economía venezolana, 1957*”, encomendado pela CEPAL, analisou como a economia venezuelana cresceu na década de 50, ao mesmo tempo em que sua estrutura econômica não se modificou. Esse estudo não foi divulgado e se manteve durante muitos anos nos arquivos do Banco Central da Venezuela. Mais tarde, em 1974, Celso Furtado voltaria a estudar a Venezuela, dessa vez a pedido do ministro de Planejamento venezuelano. O documento, datado de 1974, “*Notas sobre la economía venezolana e suas perspectivas atuais*”, salienta a particularidade dos problemas vivenciados na Venezuela.

O último capítulo é baseado nos trabalhos de Corden e Neary, sobre o comportamento da economia holandesa durante a década de 60. Levando em conta as premissas do modelo clássico, os autores mostraram o comportamento do mercado diante da entrada de um grande fluxo de moeda estrangeira decorrente de um *boom* no setor de recursos naturais. Esse crescimento exorbitante gera efeitos negativos porque o excedente em transações correntes e a taxa de câmbio real não são compatíveis com a estrutura produtiva existente nesse país. Como resultado, é possível verificar um efeito de deslocamento dos fatores fixos dos outros setores para o setor em expansão.

1. CAPÍTULO I – CONCEPÇÃO DO PENSAMENTO DA CEPAL

1.1 – Uma nova interpretação do subdesenvolvimento

Os cepalinos consideravam que o subdesenvolvimento tem uma **dimensão histórica**, que vincula o desenvolvimento e o subdesenvolvimento de uma forma específica. Essa escola de pensamento sobre o desenvolvimento e a dependência dos países latino-americanos deu origem a uma teoria que influenciou diretamente a política econômica adotada pelos governos latino-americanos. Sendo assim, os conceitos e sistemas analíticos presentes na teoria do desenvolvimento periférico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) constituíram um poderoso instrumento de compreensão do processo de transformação dessas economias.

A conjuntura econômica e social da década de 50 chamou atenção para a forma de desenvolvimento desses novos países, que possuíam características específicas, colocando-os no centro da análise dos pensadores da CEPAL. Os estudos apresentados são baseados no **método histórico-estruturalista** para estabelecer relações históricas e comparativas, traçando um plano de ação prática para resolvê-los. O subdesenvolvimento latino-americano tem características específicas que ainda não tinham sido observadas em outros países, tornando necessária a criação de um novo método de produção de conhecimento voltado para a análise indutiva do comportamento dos agentes sociais e trajetória das instituições.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento econômico é entendido pelos cepalinos como fruto do crescimento da produtividade média do trabalho, que permite a elevação da renda real por habitante, gerando um aumento do bem estar material. O aumento da produtividade média do trabalho é alcançado através do aumento dos custos indiretos que, por sua vez, exigem o aumento da dotação de capital por trabalhador.

A quantidade de capital por trabalhador empregado na indústria, nos transportes e no setor primário, determina a elevação do padrão de vida da população. É necessário realizar uma enorme acumulação de capital e ter capacidade de administrá-lo. De acordo com Prebisch (1949), a partir do momento em que o trabalhador mal empregado e desempregado migrasse para a indústria, haveria uma melhoria na produtividade, um conseqüente aumento líquido da renda nacional e uma maior margem de poupança. O progresso técnico da agricultura e o desenvolvimento tecnológico das indústrias já existentes no país alimentariam essa margem de poupança, que se tornaria cada vez maior.

“Mas como obter aumentos de produtividade de magnitude suficiente? A experiência dos últimos anos é instrutiva. O crescimento do emprego requerido pelo desenvolvimento industrial pôde efetuar-se, embora não na totalidade dos casos, com a utilização de pessoas que o progresso da técnica vinha desalojando da produção primária e de outras atividades, especialmente de certos tipos de trabalhos e serviços pessoais de remuneração relativamente baixa, e mediante a utilização do trabalho feminino. O emprego industrial das pessoas desempregadas ou mal empregadas significou, portanto, uma melhoria da produtividade, que se traduziu num aumento líquido da renda nacional, nos casos em que não houve fatores de outra natureza que provocassem uma queda geral da eficácia produtiva.” (PREBISH, p.77, 1949).

Nesse processo existe um conflito entre o modelo de consumo desejado pelo trabalhador e a necessidade da formação de poupança para o desenvolvimento do país. Para mitigar esse conflito, é necessário que o objetivo que se deseja alcançar através da industrialização esteja muito bem definido. Quando se deseja atingir autossuficiência, a simples substituição de importações alcança esse objetivo. Porém, quando o objetivo é o aumento de bem-estar, é preciso cautela para não haja quebra de produtividade.

O novo método de estudo conseguiu explicar como a **estrutura sócio-econômica** é determinante no processo de crescimento e industrialização e como os novos países produtores ampliaram o consumo de bens e tecnologias dos países desenvolvidos. A partir daí, o subdesenvolvimento latino americano passou a ser visto como um processo específico e singular.

A nova interpretação de subdesenvolvimento econômico teve como resultado propostas em contraponto a teorias já existentes. O planejamento central, por exemplo, foi proposto em oposição ao sistema de preços de mercado. A industrialização e a diversificação produtiva passaram a ser vistas como ideais a serem alcançados, deixando para trás a cultura de foco na agricultura e na especialização produtiva. E principalmente, foi criada uma abordagem de que o sistema econômico mundial é composto por centros e periferias.

As contribuições teóricas de Raúl Prebisch levavam em consideração três elementos principais: (i) a industrialização como principal canal para a captação dos frutos do progresso técnico mundial; (ii) a caracterização dos centros e periferias como resultado histórico da difusão do progresso técnico, e; (iii) a introdução da temática da intervenção estatal. Juntos esses três elementos formaram a base que permitiu a sustentação da tese de que o atraso do progresso técnico dos produtos primários em relação aos industriais impedia que os países periféricos se beneficiassem das chamadas vantagens comparativas no comércio internacional.

“A violenta contração da capacidade para importar nos anos 1930 e suas repercussões sobre as economias latino-americanas constituíram a referência histórica principal para a elaboração, por parte de Prebisch, da distinção entre o modo de funcionamento das economias dos países industrializados e aquele encontrado em economias especializadas em bens primários.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 28).

O conceito **centro-periferia** é alusivo à estrutura do comércio e se constituiu historicamente de acordo com a difusão do progresso técnico na economia mundial. Os centros tiveram contato com técnicas capitalistas de produção antes das periferias, e o progresso dessas técnicas foi difundido em um período de tempo curto, se levado em consideração todo o aparelho produtivo. Entretanto a difusão do progresso técnico dos países centrais se deu para o resto do mundo de forma lenta e irregular, criando uma assimetria entre o centro e a periferia no que diz respeito à estrutura produtiva. Os centros possuem uma estrutura produtiva diversificada e homogênea, enquanto nas periferias se observa uma estrutura especializada e heterogênea.

A caracterização do conceito centro e periferia e a condição de dependência em que se encontram os países periféricos argumentam que o motivo do subdesenvolvimento está diretamente ligado à maneira pela qual o progresso técnico é assimilado. No sistema capitalista vigente, onde a divisão internacional do trabalho é baseada no princípio das vantagens comparativas e no liberalismo comercial, os países periféricos, na condição de primário-exportadores, mantêm suas formas tradicionais de produção, intensivas em terra e mão-de-obra, e assimilam o progresso técnico a partir da aquisição dos produtos importados.

Há uma tendência dos países centrais em concentrar os ramos de produção mais dinâmicos, de se especializar em produtos de alta tecnologia e que exigem maior know-how, enquanto os países periféricos produzem produtos com baixo valor agregado e são exportadores de matérias primas. Esse esquema foi predominante no século XIX e trouxe divergência nos ritmos de crescimento, desenvolvimento e saldos da balança de pagamentos entre os centros e periferias. O acontecimento de duas guerras mundiais separadas por uma profunda crise econômica fez com que a América Latina saísse da posição de produzir alimentos e matérias primas em busca da industrialização.

“Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela que logrou desfrutar a população desses grandes países. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a massa de poupança depende primordialmente do aumento da produtividade.” (PREBISH, 1949, p. 72).

1.2 – Deterioração dos termos de troca

No sistema econômico mundial, a periferia é responsável por produzir e exportar matérias-primas e alimentos. Os centros ficam responsáveis pela produção de artigos industriais de maior valor agregado. A dinâmica desse comércio se mostra desigual e no longo prazo tende a agravar as diferenças entre a periferia subdesenvolvida e o centro desenvolvido. Com o objetivo de explicar a evolução desigual entre esses países, estudiosos da CEPAL desenvolveram argumentações diferentes sobre o mesmo fenômeno, intitulado deterioração dos termos de troca.

Nos centros, a incorporação do progresso técnico ao processo produtivo acontece com maior intensidade, permitindo que a produtividade do trabalho aumente num ritmo acelerado e superior ao das periferias. Sendo assim, o aumento das respectivas produtividades médias dos centros e periferias também é díspar, refletindo diretamente na renda média por trabalhador. Esse conjunto de postulações, definido matematicamente por Rodriguez, expressa a **deterioração dos termos de intercâmbio** e mostra que no longo prazo o poder de compra dos produtores de bens primários diminui em relação aos produtos industrializados do centro.

Aceitando que a produtividade industrial aumenta com maior intensidade em relação à produtividade no setor primário, uma queda na relação entre os preços dos bens primários e industriais terá como resultado a diminuição da relação entre a renda real por pessoa ocupada em ambas as atividades. No longo prazo, a queda nos preços aliada à crescente diferença entre os níveis de produtividade terá como resultado uma diferença entre rendas ainda maior, ou seja, a relação entre rendas tende a diminuir com maior rapidez do que a relação entre produtividades.

As considerações anteriores mostram duas questões cruciais para o entendimento do efeito negativo da divisão internacional do trabalho sobre o desenvolvimento das periferias. A primeira está relacionada diretamente à definição da deterioração dos termos de troca como resultado da concentração do fruto do progresso técnico nos centros. E a segunda traz consigo um problema ainda maior, a queda dessa relação de troca entre os centros e periferias faz com que as

periferias transfiram o fruto de seu progresso técnico para os centros. Essa transferência acontece porque a renda média na periferia aumenta num ritmo inferior ao aumento do nível da produtividade do trabalho, que por sua vez cresce num ritmo abaixo da produtividade dos países centrais.

“Esse é o significado da deterioração dos termos de intercâmbio que realmente interessa do ponto de vista conceitual, e convém reiterá-lo. Ainda que esse fenômeno não se reproduza, só a desigualdade dos ritmos de aumento da produtividade do trabalho já supõe que as rendas médias se diferenciem. Se, além disso, a deterioração se produz, as rendas médias se diferenciarão em medida ainda maior. Expresso em nomenclatura cepalina: a deterioração implica o fato de que os frutos do progresso técnico se concentram nos centros industriais.” (RODRIGUEZ, p. 40)

A “**versão ciclos**” apresentada por Rodriguez argumenta que a deterioração dos termos de troca é resultado dos movimentos cíclicos da economia mundial. As flutuações cíclicas da atividade economia geram fases ascendentes e descendentes que são caracterizadas pela diferença entre oferta e demanda. Nas fases de expansão econômica se verifica um aumento dos preços dos produtos primários superior ao aumento do preço dos produtos industriais. Por outro lado, na fase de declínio os preços primários caem a uma taxa muito maior do que a dos preços industriais.

Os ganhos obtidos pelos produtores primários nas fases de auge não compensam suas perdas nas fases de declínio, o que implica perdas consideráveis de receitas. Nos centros o grau de concentração econômica oferece flexibilidade aos produtores na determinação dos preços dos produtos, que acabam não caindo tanto durante as contrações econômicas. Os produtores primários, por sua vez, são dependentes dos bens finais produzidos pelo centro, o que os torna susceptíveis a pressões sobre lucros e/ou salários. Logo, a pressão feita na cadeia produtiva por parte dos empresários centrais garante seus ganhos. Esse mecanismo dos empresários é resultado da dependência dos países periféricos em relação aos bens finais produzidos nos centros. Sendo assim, os empresários podem pressionar aqueles que os precedem na cadeia produtiva até que a

queda dos preços monetários dos bens primários garanta seu nível de rentabilidade e, como consequência, nos países periféricos ocorre o declínio dos lucros e/ou dos salários.

É fácil ver que a **deterioração dos termos de troca** é resultado do comportamento dos níveis de produtividade e renda, portanto a elevação contínua do produto por trabalhador ocupado é fundamental para o processo de acumulação e o progresso técnico. A elevação persistente desse produto tem como consequência o crescimento da demanda, que acaba por modificar sua composição. Sendo assim, a demanda por produtos industriais e de serviços passa a crescer com maior intensidade do que a demanda por bens primários. Essa mudança implica aumento da produtividade nos setores que estão em maior crescimento, o que por sua vez implica transferência de mão-de-obra entre os setores. Para atender o aumento da demanda por produtos industriais e serviços, deve haver um crescimento na taxa de produtividade e ocupação nos setores secundário e terciário superiores à taxa existente no setor primário.

De acordo com o raciocínio acima podemos verificar que no caso das periferias o excesso de mão-de-obra acaba se tornando uma das causas da deterioração dos termos de troca. As altas taxas de crescimento vegetativo, o deslocamento setorial provocado pela introdução de novas técnicas e a falta de mobilidade internacional da força de trabalho, que é reforçada pelo lento crescimento das indústrias nos centros, gera uma enorme oferta de mão-de-obra. O excesso de mão-de-obra limita o poder de barganha dos empregados e traz como consequência imediata a pressão constante sobre os salários.

O comportamento da **elasticidade-renda da demanda por importações** nos centros e periferias também constitui análise fundamental para o entendimento do processo de deterioração. A elasticidade-renda mostra a sensibilidade da demanda de acordo com variações na renda. Em outras palavras, mede o impacto nos indivíduos. É resultado da divisão entre a variação percentual da quantidade demandada e a variação percentual da renda - um aumento na renda dos indivíduos aumenta a quantidade demandada de bens normais e diminui a de bens inferiores.

“a diferença de elasticidades é o elemento-chave na análise do funcionamento da economia periférica, enquanto o atraso na produtividade e a presença de um excedente de mão-de-obra se relacionam com os marcos de condições estruturais dentro dos quais essa economia funciona.” (RODRIGUEZ, p. 122)

Os centros possuem uma baixa propensão à importação de produtos primários porque o progresso técnico existente nesses países permite melhor utilização dos insumos, e o consumo é menor. Isso explicaria porque a elasticidade-renda da demanda por importações é menor e estável nos centros, enquanto nas periferias esse último indicador sofre forte variação de acordo com o dinamismo da economia. Essa característica da periferia permite sucessivos desequilíbrios externos e consequentes desvalorizações que impulsionam a expansão da indústria em condições decrescentes de produtividade. Outra consequência é o aumento das exportações na periferia a preços cada vez menores. Os preços são baixados para atender a demanda, sendo assim, é mantida a remuneração do capital e diminui o salário do trabalhador. A diferença entre as elasticidades-renda da demanda de importações entre o centro e a periferia é a principal causa dos sucessivos desequilíbrios externos e desvalorizações que, por sua vez, ocasionam o aumento da oferta nas exportações da periferia.

1.3 – Estrutura Produtiva e Emprego

O conceito dinâmico de centro e periferia mostra que o mundo está dividido em dois polos, que apresentam estruturas produtivas distintas. Comparativamente os centros possuem uma estrutura considerada **homogênea e especializada**, enquanto a periferia possui uma estrutura **heterogênea e diversificada**.

O termo heterogeneidade estrutural é utilizado para classificar uma economia dual, em que haja um setor com elevada produtividade do trabalho e outro com baixa. Essa característica está presente nas periferias onde existem atividades nas quais a produtividade do trabalho é alta, como no setor exportador, ao mesmo tempo em que a agricultura apresenta baixa produtividade, sendo

muitas vezes utilizada para a subsistência. Por outro lado, os centros possuem uma semelhança entre a produtividade do trabalho em todos os setores, o que torna sua estrutura homogênea.

A característica de **especialização** nas periferias se dá de duas formas distintas. Primeiro, no que diz respeito às exportações, que estão concentradas em um ou alguns poucos bens do setor primário. Segundo, o baixo desenvolvimento da industrialização, o que os torna dependentes das importações de muitos bens manufaturados. O centro, por sua vez, possui uma indústria capaz de produzir grande diversidade de produtos manufaturados e em quantidade suficiente para atender sua demanda interna e exportá-los, ficando assim com as importações concentradas em bens primários, que possuem menor valor agregado.

A periferia não consegue se beneficiar do desenvolvimento da produtividade da mesma forma que os países centrais. A diferença de produtividade entre os setores da economia dentro dos países periféricos faz com que os salários não reflitam a produtividade do trabalho - uma vez que existe um setor com baixa produtividade, o setor agrícola não exportador, e o bem primário exportador, que possui alta produtividade. Nos centros, a agricultura é moderna e emprega uma porção muito menor da população, fazendo com que não haja uma diferença tão grande entre a produtividade nos diferentes setores da economia. Dessa forma, os salários são beneficiados pelo aumento da produtividade e a agricultura detém o fruto de seu progresso tecnológico. Outro aspecto importante é que os sindicatos organizados e oligopólios industriais conseguem manter seus níveis salariais em tempos de depressão cíclica.

A resistência da queda de lucros e salários dos países centrais transfere a pressão cíclica para a periferia, que acaba contraindo ainda mais sua renda. O **sistema internacional dual** estabelecido não permite o funcionamento do mercado, faz com que, em momentos de ciclo descendente, os preços dos produtos primários tenham quedas proporcionalmente maiores do que os produtos industrializados. Para agravar ainda mais a situação, caso o excesso de mão de obra ocupada com agricultura nos países periféricos fosse transferido para atividades do setor exportador, traria uma expansão da oferta desses produtos, que conseqüentemente teriam seus

preços reduzidos no mercado internacional. Em suma, **o sistema internacional dual leva à deterioração dos termos de troca e, por conseguinte, ao estrangulamento de divisas.**

Prebisch afirma que a industrialização da periferia não deve ter fim em si mesmo. **A industrialização deve ser vista como o único meio possível para a periferia captar parte do fruto de seu progresso tecnológico e elevar o salário dos trabalhadores e seu consequente bem estar material.** O autor propõe que o crescimento econômico das periferias não deve mais estar subordinado ao comércio exterior, a periferia deve utilizar o comércio exterior como um meio para assimilar as novas tecnologias e elementos responsáveis pelo desenvolvimento econômico. Dessa forma, se estabelecem as bases do pensamento da CEPAL e as premissas utilizadas para analisar o comportamento da economia nos países subdesenvolvidos.

2. CAPÍTULO II – FURTADO E SUAS CONTRIBUIÇÕES

O capítulo anterior elucida a construção da base teórica defendida pela CEPAL. A comissão de estudos argumentava que a abundância em divisas é prejudicial para o país subdesenvolvido. Neste capítulo, serão expostas as impressões que Furtado obteve ao analisar a economia da Venezuela no período de 1957 a 1974. Diferente do consenso cepalino, Furtado não encontra problemas com o balanço de pagamentos, e ressalta que a principal questão da Venezuela era a baixa produtividade da produção agrícola que utilizava técnicas rudimentares e empregava uma grande parcela da população.

II.1 – América Latina e particularidades da Venezuela

A CEPAL contribuía com estudos que compreendessem os problemas latino-americanos. De acordo com Bielshowsky em “*Vigência das contribuições de Celso Furtado*”, as economias latino-americanas tinham como características: (i) baixa diversidade produtiva; (ii) heterogeneidade estrutural; (iii) especialização em recursos naturais e (iv) falta de capacidade empresarial. Essas características fizeram com que industrialização nesses países se desse sob a forma de internacionalização das atividades produtivas ligadas ao mercado interno. Empresas estrangeiras entraram nesses países para suprir as demandas do mercado interno, enquanto as empresas nacionais continuavam com baixa produtividade e não incorporavam as inovações tecnológicas trazidas por essas multinacionais.

“Assim, a fase de expansão externa das grandes empresas norte-americanas coincide, na América Latina, com a criação de amplas facilidades visando à internacionalização de atividades produtivas, particularmente no campo manufatureiro.” (FURTADO, p.82, 1973).

A industrialização trouxe diversos problemas para esses países, sendo destacados por Furtado (1973): (i) a crescente pressão sobre o balanço de pagamentos, como resultado das transferências financeiras feitas pelas empresas multinacionais instaladas no Brasil que possuem base nos seus países de origem; (ii) o errático processo de formação dos centros nacionais dando espaço para a desarticulação das decisões de cunho econômico - as economias nacionais desarticuladas e incapacitadas de tomarem suas próprias decisões se tornam reféns dos interesses das grandes empresas estrangeiras que atuam no país e se afastam da adoção de políticas de desenvolvimento.; e, (iii) a integração multinacional comandada pelas empresas estrangeiras instaladas nesses países. Enquanto no resto do mundo o modelo clássico do desenvolvimento capitalista conseguia explicar a industrialização e o crescimento nos países desenvolvidos, a trajetória dos países latino americanos mostrava que o desenvolvimento desses países não era convencional. O modelo vigente não atendia a esses países, e por isso a dificuldade em promover políticas que trariam benefícios para o desenvolvimento latino americano.

“A hegemonia que exercem os Estados Unidos na América Latina, ao reforçar sobremaneira estruturas anacrônicas de poder, constitui sério obstáculo ao desenvolvimento da maioria dos países da região. A “estratégia de ajuda” do governo dos Estados Unidos mediante a criação de privilégios para as grandes empresas e o controle preventivo da “subversão” contribuiu para preservar as mais retrógradas formas de organização social e tende a esvaziar os estados nacionais como centros de decisão e como instrumento de mobilização das coletividades para as tarefas do desenvolvimento.” (FURTADO, p.86, 1973).

Nesse contexto, a Venezuela, que em 1956 chamava a atenção internacional por ter um produto per capita entre os maiores do mundo, possuía características de países subdesenvolvidos. Certos de que a situação da Venezuela era um caso especial e, por isso, deveria ser avaliada, a CEPAL e o governo venezuelano incumbiram Celso Furtado de desenvolver um estudo que apontasse os gargalos e sugerisse caminhos para o país. Em 1957, Furtado concluiu “*O desenvolvimento recente da economia venezuelana*”. Pela primeira vez foram construídas séries macroeconômicas para os anos entre 1945 e 1955, período que ficou

marcado pela expansão da atividade petrolífera e pelo início da participação do Estado na divisão de lucros desse setor.

“A Venezuela é a economia subdesenvolvida de mais alto nível de produto per capita que existe atualmente no mundo. Seu produto bruto territorial por habitante se aproximou, em 1956, de 800 dólares, isto é, um nível similar à média dos países industrializados da Europa Ocidental. Mesmo medindo o produto pelo gasto realizado no território nacional – o que implica excluir o saldo positivo do valor das exportações sobre o das importações – chega-se a um montante em torno de 650 dólares, o que é comparável à renda de países altamente desenvolvidos, como Alemanha Ocidental, e superior em mais do dobro à média da América Latina.” (FURTADO, p.35, 1957).

Favorecido por imensas reservas de petróleo, o país latino-americano obtinha divisas provenientes do comércio internacional desse recurso natural. Com possibilidade de se beneficiar da entrada de divisas para obter modernização tecnológica, gerar emprego e impulsionar o crescimento, o que acontecia na Venezuela era a prática de uma alta taxa de câmbio real, baixa diversidade produtiva, pequena capacidade de absorção da mão-de-obra.

II.2 –Economia Venezuelana

Para explicar essa discrepância entre o nível de renda e o grau de desenvolvimento, Furtado iniciou seu trabalho descrevendo as modificações sofridas entre o período de 1945 a 1956 na Venezuela. No que se refere às mudanças estruturais, Furtado (1957), chamou atenção para o baixo grau de industrialização e para a **diminuição da participação da agropecuária no produto final, ao mesmo tempo em que esse mesmo setor representava a principal fonte de ocupação da população venezuelana**. A baixa participação da agropecuária no produto final era uma característica de países com alto grau de industrialização, porém o que acontecia nesses países era a diminuição da população ocupada no setor agropecuário.

A Venezuela se encontrava no momento de transição de um **sistema agrícola com baixos índices de produtividade para uma economia urbana com uma alta densidade de capital presente nos processos produtivos**. Entretanto, não havia uma unidade nessa construção. A atividade petrolífera, elemento dinâmico da economia e impulsionador do crescimento econômico, cresceu com regularidade no período e aumentou a produtividade do trabalho. Como consequência, seus trabalhadores possuíam uma renda elevada na comparação com os outros trabalhadores venezuelanos, e o governo pode se beneficiar de mecanismo fiscal através da arrecadação de impostos sobre as rendas do petróleo. Esse mecanismo permitiria aos governos incentivar a expansão da economia através de investimentos públicos. Os outros setores da economia mantiveram-se atrasados e apresentavam baixo crescimento da produtividade do trabalho.

Furtado (1957) apresenta uma visão integrada do desenvolvimento na Venezuela. Ele relaciona e articula o setor público, o gasto dos consumidores, o investimento privado e as exportações de petróleo. Entre 1945 e 1956, a participação do setor público no gasto territorial obteve taxas elevadas, chegando a 31,1% do total em 1950. No mesmo período, os gastos de capital alcançaram 25,5%; o crescimento do consumo chegou a 109%, o que significa uma taxa média anual de 8%; e as exportações obtiveram uma taxa anual de crescimento de 9,8%. Sendo assim, esses setores representavam os principais componentes da demanda global.

Através da articulação entre esses setores observou-se que o setor petrolífero não conseguiria por si só impulsionar o desenvolvimento. Isso porque, apesar dos grandes ganhos, boa parte não era revertida para investimentos no país. Diante dessa realidade, caberia ao setor público impulsionar o desenvolvimento.

“Pode-se calcular o retorno de divisas ao país pelo montante de dólares que as companhias petrolíferas vendem ao Banco Central da Venezuela. Esse retorno

representou no conjunto do período considerado – excluídos os gastos com novas concessões efetuados em 1956 – 53,6% do valor total das exportações. (...) Entretanto, o pagamento de impostos e royalties pela indústria ao governo, no mesmo período, aumentou 148%.” (FURTADO, p.43, 1957)

O setor petrolífero gerava um impulso direto e outro indireto na economia. O **impulso direto** estava ligado ao montante de pagamentos a fatores feitos no país, tratando-se de um impulso fraco. O **impulso indireto** estava relacionado ao aumento da capacidade de importação e ao crescimento da receita obtida pelo governo, além dos benefícios de impostos - o aumento da produtividade do trabalho gera o aumento relativo na rentabilidade e, portanto, incrementa os pagamentos feitos ao governo - e royalties pagos pela indústria. Essa massa de receitas geradas no setor petrolífero garantia a cobertura de divisas e oferecia flexibilidade para o setor fiscal, sendo considerada por Furtado (1957) como o principal fator dinâmico da economia Venezuelana.

“A expansão do setor petrolífero foi condição necessária, mas não suficiente, para que se desenvolvessem os demais setores. Constitui o verdadeiro elemento dinâmico a renda transferida ao governo. Por outro lado, é a forma como se utiliza essa renda – a orientação dos gastos públicos – que determina a intensidade de absorção da mão de obra e recursos naturais disponíveis e de expansão da capacidade produtiva.” (FURTADO, p. 49, 1957)

Os gastos públicos se mostraram o ponto chave para o entendimento do desenvolvimento venezuelano. De acordo com Furtado, o ritmo do desenvolvimento depende tanto do montante de investimentos quanto da eficiência com a qual é utilizada a capacidade produtiva. O aumento da capacidade produtiva já existente depende da boa utilização do “elemento humano”, que por sua vez é responsabilidade do setor público. O setor público deve investir para garantir a expansão na economia de diferentes maneiras, seja na formação de pessoal especializado, seja fornecendo crédito para o empresariado privado. Furtado levanta alguns temas para discussão em relação aos gastos correntes do governo. O autor sinaliza a importância de uma ação governamental voltada

para o aumento do nível da eficiência da mão de obra e chama a atenção para a necessidade de incentivo da classe empresarial, para que a Venezuela possa continuar se desenvolvendo.

Em suma: tratava-se de um país subdesenvolvido, com baixa produtividade no setor agrícola e uma taxa de câmbio valorizada pelo petróleo. Os investimentos públicos em infra-estrutura não seriam suficientes para acabar com a heterogeneidade estrutural. A alta taxa de câmbio tornava os bens de capital e os bens duráveis estrangeiros mais baratos e mais atraentes do que os produtos nacionais. O atraso na indústria nacional venezuelana e, principalmente, na agricultura tornava o preço dos produtos nacionais altos se comparados (em dólar) aos produtos estrangeiros. Em outras palavras, o poder de compra do trabalhador era comprimido dentro da Venezuela devido à baixa produtividade da economia. Os recursos financeiros excedentes do setor petrolífero voltavam para os países de origem das empresas exploradoras do setor, ou seja, transformavam-se em ativos fixos e financeiros no exterior.

II.3 –Pioneirismo de Furtado

As análises de Celso Furtado foram pioneiras e de grande contribuição para a literatura, Em *Vigência das Contribuições de Celso Furtado*, Bielshowsky apresenta as três importantes contribuições analíticas de Furtado para o estruturalismo: (i) método de estudo através de uma perspectiva histórica de longo prazo; (ii) perpetuação do subdesenvolvimento, devido à dificuldade de absorção de mão de obra e baixa diversidade produtiva; e (iii) a teoria de que os investimentos na periferia estão subordinados a interesses que tendem a preservar a concentração da renda e da propriedade.

Neste trabalho, as análises estão concentradas nos temas levantados para discussão por Furtado nos textos “*El desarrollo reciente de la economía venezolana*”(1957) e “*Notas sobre a economia venezolana*”(1974). Ambos os relatórios apresentam aspectos estruturalistas, no entanto a análise da economia venezuelana gira em torno do que seria uma radicalização do “desenvolvimento para fora”, característica observada por Furtado nas economias latino

americanas até a década de 30. A “peculiaridade” da Venezuela, que possuía índices de alta produtividade do setor exportador em contraste com a baixa produtividade dos outros setores da economia, principalmente na agricultura, desarticulava os setores e impossibilitava uma modernização conjunta da economia. A baixa absorção da força de trabalho no setor exportador impossibilitava que houvesse uma valorização dos termos de troca e o consequente aumento de produtividade. Tratava-se de uma economia pautada em três setores, dos quais o setor exportador determinava a taxa nominal de câmbio. O dinamismo na economia era determinado através dos gastos do governo que eram possibilitados pelos benefícios fiscais provenientes do setor exportador: petróleo. A questão principal e inovadora levantada por Furtado era **o subdesenvolvimento em países que possuíam abundância em divisas e uma balança comercial equilibrada.**

“A abundância de divisas levava a uma apreciação do câmbio e transformava a expansão da renda em aumento das importações. Os gastos do governo “com total cobertura em divisas”, visavam, sobretudo, a infra-estrutura, que por seu turno punha em marcha uma indústria de construção altamente concentrada.” (MEDEIROS, p.5)

O levantamento e a análise das principais características da economia venezuelana tiveram como resultado uma lista de temas para discussão com o objetivo de propor soluções e sinalizar os principais gargalos da economia, para que fosse possível romper com a tendência de subdesenvolvimento e promover o crescimento econômico da Venezuela. Com atenção especial para a baixa absorção da mão-de-brá, baixa produtividade na agricultura e o gasto público.

“A produtividade média da força de trabalho ocupada no setor petrolero foi 15 vezes maior que a média da produtividade das demais atividades e 46 vezes maior que a do setor agropecuário. Mas a disparidade não é somente com o setor petrolero. Excluído este, a produtividade média das atividades não agropecuárias é 4,6 vezes maior que a destas últimas” (FURATDO, p.64, 1957).

Formatado: Recuo: À esquerda: 3 cm, Primeira linha: 0 cm

A baixa produtividade na agricultura em relação aos outros setores da economia ajuda a entender o grau de heterogeneidade estrutural existente na Venezuela. Dessa forma, o país não conseguia se beneficiar do fruto do seu progresso tecnológico. A agricultura deveria ser modificada para que a produção de alimentos se tornasse mais eficiente. Modernizar o setor agrícola para que pudesse produzir mais alimentos de forma mais eficiente. Os investimentos orientados pelo governo através dos gastos públicos deveriam privilegiar a massa da população ocupada no setor agrícola e tendo como objetivo elevar a renda real desses trabalhadores. A partir dessa mudança estrutural, a produtividade da agricultura caminharia para níveis maiores.

Parte dessa mão-de-obra “liberada” da agricultura deveria ser empregada em empreendimentos de infra-estrutura outras atividades. Aliado ao desenvolvimento da agropecuária era necessário que o país criasse mecanismos para absorver a crescente mão-de-obra – trabalhadores que saíam da agricultura, trabalhadores desempregados e trabalhadores jovens -. As iniciativas públicas e privadas que não substituíssem a mão-de-obra pelo capital, deveriam ser promovidas para empregar essa mão-de-obra ociosa. Nessa perspectiva, a orientação dos gastos públicos era determinante para solucionar os principais problemas.

No período de 1957 a 1973 existiu uma volatilidade nos preços do petróleo muito alta. Dessa forma, o mecanismo fiscal do qual se beneficiava o governo Venezuelano, sofria com altas e baixas de acordo com o comportamento dos preços no mercado internacional. Dessa forma, o direcionamento e continuidade das políticas pública ficam prejudicados e ocorre uma grande flutuação nos gastos privados. Essa problema apontado por Furtado, e reforçada por Medeiros, que atinge todos os países monoprodutores.

3. CAPÍTULO III – DOENÇA HOLANDESA

O capítulo anterior apresenta uma interpretação pioneira sobre o tema. Entretanto, a análise desenvolvida por Furtado foi desconhecida durante muitos anos. O capítulo III apresenta o modelo clássico que ficou conhecido mundialmente, e que é utilizado pelo *mainstream*.

III.1 – O modelo e suas premissas

O termo doença holandesa foi elaborado por W. Max Corden e J. Peter Neary e está relacionado aos efeitos negativos que as descobertas de reservas de gás natural tiveram sobre a indústria holandesa na década de 60. De acordo com o estudo desenvolvido sobre o tema, as exportações de gás desencadearam um fluxo de divisas que valorizou a moeda nacional de tal maneira que bloqueou a competitividade das manufaturas holandesas no mercado internacional. A partir daí, o termo passou a ser utilizado para explicar a relação existente entre a exploração de recursos naturais e o declínio do segundo setor, através da apreciação das taxas reais de câmbio da moeda nacional. De uma maneira geral, o termo doença holandesa é aplicado em casos em que é observado um *boom* em um setor, não necessariamente extrativista, que provoca efeitos adversos sobre outros setores de bens comercializáveis.

“The term Dutch Disease refers to the adverse effects on Dutch manufacturing of the natural gas discoveries of the nineteen sixties, essentially through the subsequent appreciation of the Dutch real exchange rate.” (CORDEN, p. 1, 1984)

O modelo clássico desenvolvido por Corden e Neary (1982) e depois aperfeiçoado por Corden (1984) explica economicamente como se comporta a economia de um país em momentos nos quais existe um grande fluxo de **entrada de moeda estrangeira** oriundos de um *boom* em determinado setor. Para isso são considerados três setores de uma economia pequena e aberta: (i) onde ocorre o *boom* ou bens primários; (ii) bens manufaturados; e (iii) não comercializáveis ou serviços¹.

¹ É importante ressaltar que setor onde ocorre o *boom* não deve necessariamente ser um setor extrativista, assim como o setor afetado não é obrigatoriamente o de bens manufaturados. Essas denominações foram dadas para que se possa explicar o desenvolvimento do modelo de maneira que não haja ambiguidade.

De acordo com o modelo, os dois primeiros setores têm seus preços determinados exogenamente, enquanto o terceiro possui preço flexível para permitir o equilíbrio entre a oferta e a demanda doméstica. O *boom* pode ser resultante: (i) de uma melhoria na tecnologia; (ii) da descoberta de grandes reservas, ou (iii) do aumento do preço de um determinado bem. Em outras palavras, *boom* pode acontecer como resultado de um aumento exógeno do preço mundial do bem exportado – considerando que o bem produzido exclusivamente para exportação é plenamente absorvido pelo mercado externo - na comparação aos preços das importações do país e ainda através do aumento repentino da oferta do fator específico do setor de bens primários. Sendo assim, na prática o aumento do valor adicionado por trabalhador ou do valor adicionado pela quantidade total de fatores poderá resultar em um *boom*.

Para que o modelo pudesse ser desenvolvido foram consideradas algumas hipóteses simplificadoras: variáveis reais e preços relativos. É admitido que a economia está a pleno emprego, o que implica salários reais flexíveis. Além disso, existe igualdade entre produção nacional e despesas, de modo que o comércio internacional está sempre no equilíbrio e não existem distorções no mercado de commodities e fatores. Foi assumido que cada setor utiliza um fator específico de produção, o capital, e que existe um fator perfeitamente móvel entre setores, o trabalho. A principal hipótese do modelo, **once and for all**, define que não existirão aumentos subsequentes de produtividade. Com o objetivo de destacar os aspectos estruturais do *boom*, Corden e Neary (1982) ignoraram considerações monetárias e concentraram-se nas implicações reais do processo, com o objetivo de definir e ampliar as ferramentas que versam sobre a teoria do comércio internacional. A publicação desenvolvia um modelo que mostrava os efeitos em médio prazo do crescimento assimétrico na alocação dos recursos e na distribuição da renda.

No momento em que ocorre um *boom* na economia podem acontecer dois efeitos distintos: o **efeito gasto** ou o **efeito deslocamento de recursos**. Nos dois casos, o *boom* tem como consequência a elevação dos produtos marginais dos fatores móveis, atraindo consequentemente recursos provenientes de outros setores. Dado que o *boom* ocorre em um setor primário, o mecanismo de ajuste para o resto da economia se dá por intermédio da taxa de câmbio real. Esse comportamento foi chamado de **efeito deslocamento de recursos**. Caso o setor de bens primários seja caracterizado pela baixa utilização de recursos proveniente de outros

setores, ainda há a necessidade de ajuste da economia pelo **efeito gasto**. Esse comportamento da economia é analisado como um fenômeno estrutural que mostra a relação entre o problema da desindustrialização e o aumento da propensão marginal a consumir no setor de serviços.

“A central feature of the analysis of all tree models is a distinction between two effects of the boom, namely resource movement effect and the spending effect.”
(CORDEN e NEARY, p. 827, 1982)

III.2 – Desindustrialização direta e indireta

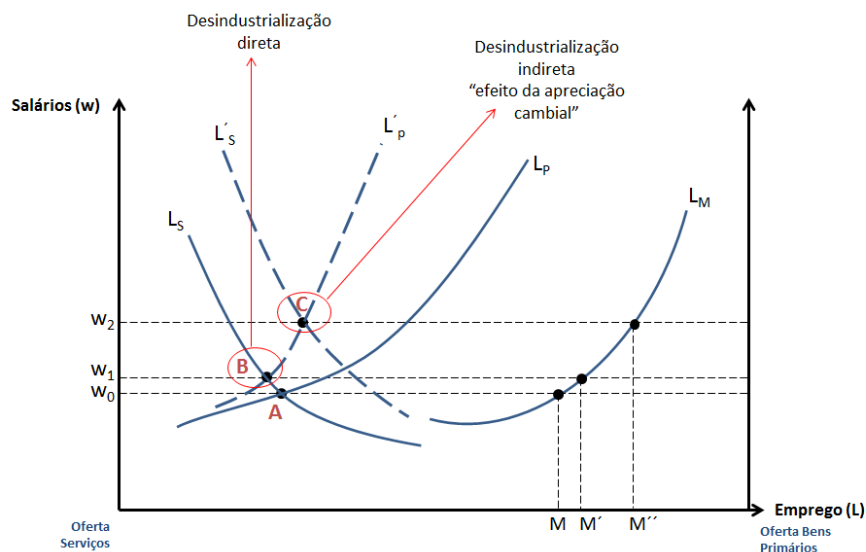
As desindustrializações direta e/ou indireta são consequência dos efeitos que um *boom* no setor de bens primários traz para a economia do país. Esse aumento nos preços do setor de bens primários gera impactos nos outros setores da economia que precisam ser ajustados para que se mantenha o equilíbrio no mercado. O comportamento das curvas de oferta e demanda do país onde ocorre o *boom* foi observado por duas óticas diferentes dando origem à explicação do comportamento pelo qual se dá o **efeito deslocamento de recursos** e o **efeito gasto**.

O **efeito deslocamento de recursos** se dá quando o *boom* gera o aumento do produto marginal dos fatores móveis empregados no setor. Dessa forma os fatores móveis da economia irão se realocar para chegar a um novo ponto de equilíbrio e atender a demanda no setor onde ocorreu o *boom*. O modelo considera apenas o trabalho como fator móvel na economia, sendo assim, à medida que o produto marginal do trabalho aumenta, a um salário constante, a demanda por trabalho no setor do *boom* também aumenta. O setor do *boom* irá demandar mais mão-de-obra havendo um deslocamento do trabalho dos setores de serviços e manufaturas para o setor de bens primários.

O **efeito gasto** é resultado do aumento da renda real gerada pelo *boom*. Essa receita extra será gasta diretamente pelos proprietários dos fatores, ou indiretamente, mediante recolhimento

de impostos por parte do governo. Como consequência do incremento da renda há o aumento da demanda nos setores de manufaturados e de bens não comercializáveis ou serviços. Dado que a elasticidade-renda da demanda por bens não comercializáveis ou serviços é positiva, o preço relativo desses bens aumentará.

O gráfico abaixo apresenta o comportamento do mercado de trabalho no caso de haver um *boom* no setor de bens primários. O modelo considera a hipótese de pleno emprego e apenas os preços relativos importam. A extensão horizontal do gráfico representa o emprego total da economia; o emprego no setor de serviços é medido da esquerda para a direita; enquanto o emprego nos setores de bens manufaturados e bens primários são medidos da direita para a esquerda.



O ponto A é o equilíbrio inicial de mercado, a curva L_M representa a demanda por trabalho no setor de bens manufaturados, a curva L_S a demanda no setor de serviços e a curva L_P mostra a demanda por bens primários. Quando existe o incremento da produtividade (once and

for all) a curva de demanda por trabalho no setor de bens primários se desloca de L_P para L'_P , chegando a um novo ponto de equilíbrio B. A curva de demanda por trabalho no setor de bens manufaturados se ajusta, chegando ao equilíbrio no ponto M' .

Considerando apenas o trabalho como fator móvel entre os setores, ambos os efeitos tentam encontrar explicação para o fenômeno chamado desindustrialização ao apontar que o crescimento abrupto em um setor que muitas vezes se trata de atividades intensivas em recursos naturais, tem como consequência a contração no setor de bens manufaturados e a expansão no setor de bens não comercializáveis e serviços.

O **efeito deslocamento de recursos** ocasiona os efeitos direto e indireto de desindustrialização. A desindustrialização é considerada direta quando o deslocamento do trabalho do setor de bens manufaturados para o setor do *boom* tem impacto negativo neste primeiro setor. Sendo assim, o setor de bens não comercializáveis ou serviços não é afetado, não sendo necessária apreciação da taxa de câmbio real para equilibrar o mercado.

A desindustrialização indireta ocorre, por sua vez, como consequência da realocação do trabalhador do setor de bens não comercializáveis ou serviços para o setor onde ocorreu o *boom*. Essa transferência de mão de obra gera um excesso de demanda por serviços, ocorre um deslocamento da curva de oferta de serviços para a esquerda à medida que a quantidade de trabalho alocada neste setor diminui, chegando a um novo ponto de equilíbrio C, como mostra o gráfico acima. O excesso de demanda traz como consequência apreciação do preço relativo e o deslocamento adicional de trabalho para fora do setor de bens manufaturados para o setor de bens não comercializáveis e serviços, potencializando a desindustrialização causada pelo **efeito gasto**.

Sendo assim, tanto o efeito deslocamento de recursos quanto o efeito gasto diminuem a renda real do fator específico no setor de bens manufaturados, o que é identificado por Corden e Neary (1982) como a principal causa da doença holandesa. Vale ressaltar que o **efeito gasto** gerador da desindustrialização indireta torna inevitável a desindustrialização. Isso acontece

porque, mesmo nos casos em que o setor do *boom* emprega pouca mão de obra e, portanto, em que o aumento dos salários nominais fruto do aumento da demanda por mão de obra desse setor é irrelevante, haverá a desindustrialização.

III.3 – Contribuições para a literatura

Corden e Neary (1982) e Corden (1984) analisam os efeitos do boom sobre a alocação de recursos, distribuição de renda e taxa de câmbio real. Mostrando que o *boom* origina uma apreciação real, ou seja, um aumento do preço relativo dos bens não comercializáveis em relação às mercadorias comercializadas. Definiram que a distinção entre efeitos deslocamento de recursos e efeito gasto é um dos fatores fundamentais para a análise dos problemas decorrentes da doença holandesa.

O progresso técnico não neutro é utilizado como hipótese principal para que ocorra a mudança estrutural. A rigidez do salário real pressupõe desemprego inicial, um aumento da demanda por emprego gera uma economia do trabalho no setor onde ocorreu o *boom*, o que caracteriza uma onda pró industrialização. O aumento do preço mundial do recurso natural tem como consequência a entrada de divisas no setor do *boom* e valorização a da taxa de câmbio real. Esta, por sua vez, é o principal fator causador do declínio do setor manufatureiro, isso porque gera um efeito de deslocamento sobre os outros setores da economia nacional, desestimulando as exportações e gerando um efeito de desindustrialização.

A doença holandesa é, portanto, uma falha de mercado, onde o setor onde ocorre o *boom* gera externalidades negativas sobre os demais setores da economia, impedindo que esses setores cresçam, podendo produzir efeitos negativos por tempo indefinido. Nos momentos em que ocorre o *boom* a taxa de câmbio que equilibra a conta-corrente é diferente da taxa de câmbio que viabiliza o equilíbrio de mercado. Essa falha pode ser corrigida através da taxa de câmbio real que incide sobre os bens comercializáveis, para que haja a neutralização dos efeitos causados pelo *boom* e os recursos voltem a ser alocados de maneira eficiente.

As análises de Furtado desenvolvidas em um país que possuía particularidades: intensa heterogeneidade estrutural e uma espécie de desemprego estrutural. O setor agrícola com baixa produtividade em contraste com o setor exportador que obtinha ganhos altos e se beneficiava do petróleo, caracterizavam a heterogeneidade no setor produtivo. A mão-de-obra empregada na agricultura representava a massa de trabalhadores do país, possuíam rendimentos mínimos de subsistência, enquanto que o setor exportador que possuía uma elevada razão capital trabalhador empregava parcela limitada da população.

Essas peculiaridades da Venezuela fazem com que o país não se enquadre no modelo teórico desenvolvido por Corden e Neary. O enfoque de doença holandesa exige a hipótese de pleno emprego, o que não ocorre no país latino americano, nesse caso, não caberia uma análise que levasse ao deslocamento de mão-de-obra e a conseqüente desindustrialização.

CONCLUSÃO

A teoria da CEPAL defende a existência de uma dualidade, centros e periferias, que rege o mercado internacional e leva necessariamente à deterioração dos termos de troca. As análises de Furtado foram feitas à luz da teoria cepalina. Entretanto, foi encontrada uma peculiaridade na Venezuela. O país tinha uma baixa produtividade na agricultura, setor que empregava a maior parte da população. Além disso, a baixa absorção da mão de obra no setor de recursos naturais e o impacto negativo da valorização do câmbio nos outros setores impediam o desenvolvimento do país. Por isso, o gasto público deveria ser orientado com o intuito de minimizar esses problemas e impulsionar o crescimento do país.

Em sua análise sobre a economia Venezuelana de 1957, Furtado antecipa o que mais tarde ficou conhecido na literatura mundial como doença holandesa. O autor pode ser considerado precursor porque que identificou a dinâmica de uma economia que se beneficiava da importação de um recurso natural e utilizou o desequilíbrio existente na relação entre o nível médio da produtividade e dos salários monetários para explicar o subdesenvolvimento da Venezuela. De acordo com o autor, caso a alocação da força de trabalho estivesse concentrada no setor exportador, haveria o aumento da produtividade de toda a economia e cessaria o problema do subdesenvolvimento.

O último capítulo apresenta o modelo clássico elaborado por Corden e Neary na década de 80. Os autores analisam os efeitos do *boom* no setor exportador sobre a taxa de câmbio real, distribuição de renda e alocação de recursos, utilizando as premissas do modelo clássico de desenvolvimento econômico. De acordo com o modelo desenvolvido existem dois efeitos distintos que podem ser resultado da expansão do setor exportador, o efeito gasto e o efeito deslocamento de recursos. Ambos se mostram prejudiciais para a economia. A doença holandesa é entendida então como uma falha de mercado, a expansão do setor exportador gera externalidades negativas para a economia impedindo o desenvolvimento dos outros setores.

Celso Furtado se antecipou em 30° anos quando avaliou o caso da Venezuela e concluiu que o *boom* do setor exportador não conseguiria por si só reduzir o subdesenvolvimento do país. Esse comportamento foi reafirmado, por Corden e Neary que desenvolveram a teoria da doença holandesa partindo de uma experiência diferente. Para esses dois últimos os autores, o *boom* no setor exportador prejudicaria o setor manufatureiro e se serviços, e levaria a uma desindustrialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIELSCHOWSKY, R. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. Revista da Cepal. v. especial em português, p183-191.
- BORJA, B. Para a crítica da economia do desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional.
- CEPAL, Estudo Econômico da América Latina, 1949. In:BIELSCHOWSKY, R.(Org), Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. v. I e v. III. Rio de Janeiro e São Paulo. Editora Record 2000.
- CORDEN, W. M.; NEARY, J-P. “Booming sector and desindustrialization in a small open economy”. Economic Journal, 1982, v. 92, n.368, p. 825-848.
- CORDEN, W. Booming Sector and Dutch Disease Economics: Survey and Consolidation. Oxyford Economic Papers, New Series, v. 36, n. 3 (nov., 1984), p. 359-380.
- FURTADO, C. A hegemonia dos estados unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1973.
- FURTADO, C. O desenvolvimento recente da economia venezuelana. Borrador Preliminar. Caracas, 1957. In: Ensaio sobre a Venezuela, subdesenvolvimento com abundância de divisas, p. 118-135. Editora Contraponto, 2008.
- FURTADO, C. Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais. Caracas, 1974. In: Ensaio sobre a Venezuela, subdesenvolvimento com abundância de divisas, p. 35-118. Editora Contraponto, 2008.
- LEWIS, A. W. The roots of development theory. Handbook of Development Economics, v. I Editado por H. Chenery e T.N. Srinivasan. Editora Elsevier Science Publishers B. B., 1988.
- MEDEIROS, C. Celso Furtado na Venezuela. Ensaio sobre a Venezuela. In: Ensaio sobre a Venezuela, subdesenvolvimento com abundância em divisas. p. 1 37-170. Editora Contraponto, 2008.
- PREBISH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In:BIELSCHOWSKY, R.(Org), Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL.v. II, p. 69-136.
- RODRIGUEZ, O. Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro. Editora Forence-Universitária, 1981.

SINGER, H. W. The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries. *The American Economic Review*, v. 40, n.2, Papers and Proceeding of the Sixty-second Annual Meeting of the American Economic Asociation (May, 1950), p. 473-485.